

## ECONOMIA NA CONTA DE LUZ

# Energia solar vai aquecer água do chuveiro de 4 mil moradores

**Projeto atenderá, a partir de meados de 2012, a quatro bairros de Cariacica e Serra**

DE NISE ZANDONADI  
dzandonadi@redgazeta.com.br

Mais de 4 mil moradores de bairros de Cariacica e Serra terão, a partir de meados de 2012, aquecimento de água para chuveiro, por meio de equipamento solar. Os bairros de Serra Dourada I, II e III, na Serra, e Itanguá, em Cariacica, receberão equipamentos para aquecimento solar da água como parte do projeto do Bairro Solar desenvolvido pela EDP Escelsa em parceria com o governo do Estado.

O projeto prevê a troca do chuveiro pelo equipamento para aquecimento da água. "O que investimos é parte do percentual de 0,5% do faturamento da empresa que deve ser aplicado em projetos de eficiência energética", explicou o gestor-executivo da EDP Escelsa, Amadeo Wetler.

Cada equipamento custou em torno de R\$ 3,5 mil

## SAIBA MAIS

### ▼ Energia solar

O projeto de substituição dos chuveiros elétricos por equipamentos à base de aquecimento solar começou pelos bairros de Serra Dourada I, II, III, localizados na Serra. São 4 mil residências beneficiadas, cujos proprietários conseguirão redução nos gastos com energia.

### ▼ Itanguá

Nesta primeira etapa, serão atendidos 240 apartamentos em Itanguá, Cariacica. A intenção é levar a proposta para outros bairros da Grande Vitória.

### ▼ Governo estadual

O governo do Estado, em parceria com a EDP Escelsa, começa um projeto de mudança de lâmpadas no Palácio Anchieta e outros locais públicos visando à maior eficiência energética. A redução no gasto de energia será adotada também pelo Judiciário e Ministério Público.

e nos primeiros bairros definidos a empresa instalará 4.240 unidades deles, o que significa investimento de R\$ 14,8 milhões.

Serão 4 mil imóveis nos três bairros de Serra Dourada (etapas I, II e III) e outros 240 apartamentos dos 15 prédios em um condomínio localizado em Itanguá, Cariacica.

Os equipamentos não serão destinados à geração de energia, mas ao aquecimento de água para banho. Segundo Wetler, não há um índice preciso de economia de energia, a partir da utilização das placas solares. "Isso depende do número de moradores de cada casa e da demora no banho. Mas, a economia é importante porque é no horário de pico que os chuveiros elétricos deixarão de ser utilizados", explica.

Em abril de 2012, as primeiras 2 mil residências já terão água aquecida por meio do calor. A Escelsa pretende estender para outros bairros da Grande Vitória o projeto, segundo Amadeo Wetler.



DIVULGAÇÃO

Placas captam energia solar para transformá-la em fonte alternativa

## Repartições na onda sustentável

Em solenidade ontem à tarde no Palácio Anchieta, foi anunciada a parceria da EDP Escelsa e do governo do Estado para implantação do programa de eficiência energética em vários órgãos e secretarias.

A Escelsa começará a troca das lâmpadas incandescentes pelas fluo-

rescentes no Palácio Anchieta, Palácio da Fonte Grande e residência oficial da Praia da Costa. Outros órgãos desenvolverão projeto semelhante.

O termo de cooperação foi assinado entre a Secretaria da Agricultura, Incaper e Idaf para a produção do Atlas do Potencial Solar do

Espírito Santo e o Estudo da Biomassa. "Nós temos 329 serrarias que produzem 400 mil metros cúbicos de resíduos de madeira que podem ser utilizados para gerar energia. O estudo vai apontar este potencial e as possibilidades de uso", explicou o secretário de Agricultura, Enio Bergoli.

## NOVO ACIDENTE NO RIO

# Multa por vazamento chega a R\$ 50 milhões

ANGRA DOS REIS

A Marinha abriu ontem inquérito administrativo contra a Modec para levantar as causas do vazamento de óleo combustível na Baía de Angra, na região da Costa Verde do Rio. O acidente ocorreu na última sexta-feira. O pra-

zo para conclusão do inquérito é de 90 dias.

A multa da Marinha poderá variar de R\$ 1 mil a R\$ 50 milhões. O acidente ocorreu no traslado da embarcação para o estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, onde seria transformado em plataforma e,

posteriormente, transferido para o campo de Guará, na Baía de Santos. O navio-plataforma estava a serviço da Petrobras.

Além do óleo derramado no mar, a secretaria estadual do Ambiente também acusa Modec de ter ferido tratados internacio-

nais de navegação e a norma marítima brasileira.

Segundo o secretário Carlos Minc, a troca de água de lastro do navio, que deveria ter sido feita em alto-mar, acabou ocorrendo na Baía da Ilha Grande. A Marinha, em nota oficial, divulgada no

último sábado, também citou o "deslastro".

O procedimento é considerado proibido porque, junto com a água, os navios acabam despejando espécies exóticas, que causam prejuízo à biodiversidade local.

O responsável pela Mo-

dec na Baía de Santos, André Cordeiro, nega que a operação tenha ocorrido na Baía da Ilha Grande e diz ter documentos e registros para prova.

As causas do acidente ainda não são conhecidas. Várias investigações ocorrem paralelamente e estão sendo pilotadas pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e pela Modec.

## UNIÃO NO MERCADO

# Empresas anunciam fusão para produzir minério

A América Latina Logística (ALL) e a Triunfo Participações e Investimentos (TPI), em conjunto com os acionistas da Vetorial Participações, anunciaram ontem uma associação estratégica para criar a Vetria Mineiração, com o objetivo de im-

plantar um sistema integrado mina-logística-porto.

Serão necessários investimentos de R\$ 7,6 bilhões. Assim, a nova empresa calcula atingir uma produção inicial de minério de ferro de 20 milhões de toneladas por ano, que poderá ser ex-

pandida em mais 7,5 milhões de toneladas.

Quanto à participação acionária, a ALL terá 50,38%; a TPI, 15,79% e os acionistas da Vetorial, os 33,83% restantes. Além de sua participação na Vetria, a Vetorial terá também direito a royalties de US\$ 2,50 por tonelada de minério de ferro extraída da mina, limitado a um total de 500 milhões de toneladas.

## META NÃO CUMPRIDA

# Postos sem oferta do diesel menos poluente

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) afirmou que não conseguirá cumprir a resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que determina os postos que deve-

rão fornecer, a partir de 1º de janeiro, o diesel S50, menos poluente.

O presidente do Sindicato, Alísio Vaz, garantiu que o não cumprimento não colocará em risco o atendimento da demanda.

Vaz disse que o sindicato

havia apresentado uma proposta em que 1,2 mil postos ligados à entidade fornecessem o S50 e o Arla 32 – solução de ureia que deverá ser fornecida aos veículos com tecnologia Euro 5, que demanda o diesel menos poluente –, mas apenas no início do mês a ANP apresentou as normas que definem que tipo de posto deverá estar apto a fornecer os novos produtos.